

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN

**Deickson Lennon Galvão de SOUZA (1); Fabiano Clementino Alves de SOUZA (2); Wisler
Juliano Araújo de SOUZA (3)**

(1) IFRN; Av. Sen. Salgado Filho, N°: 1559, Tirol, Natal/RN; email: deickson_lennon@hotmail.com

(2) IFRN; Av. Sen. Salgado Filho, N°: 1559, Tirol, Natal/RN; email: lordfabiano@hotmail.com

(3) IFRN; Av. Sen. Salgado Filho, N°: 1559, Tirol, Natal/RN; email: wislerjuliano@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo que se segue se justifica pela necessidade de compreender como se deram as lutas pela terra no campo brasileiro, tendo como exemplo o município de Ceará-Mirim no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, objetivou-se investigar os mecanismos que levaram a demarcação dos territórios pelos trabalhadores no campo de Ceará-Mirim, usando como parâmetro a Agrovila Canudos. Nessa compilação, focou-se a luta pela terra, a formação do latifúndio e organização dos movimentos no campo, utilizando como metodologias de pesquisa leituras bibliográficas e visita de campo.

Palavras-chave: territorialização, conflitos no campo, trabalhadores rurais, espacialização do campo brasileiro, assentamento

1 INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro sempre foi palco de conflitos pela posse e obtenção de terras. Tal fato decorre de processos históricos, isto é, desde a chegada dos colonizadores portugueses nas terras tupiniquins, desterritorializando os nativos que aqui habitavam, caracterizando os primeiros conflitos por terra no Brasil.

Dessa forma, os primeiros moradores e verdadeiros donos das terras brasileiras foram expropriados, ficando a mercê dos colonizadores, que dividiram o território do Brasil de acordo com seus interesses. Sendo assim, a formação dos latifúndios que decorrem das capitânicas hereditárias, foi perpetuada pela prática de atividades agrícolas monocultoras do sistema *plantation*, alicerçando a atual configuração fundiária brasileira.

Logo, a questão agrária, entendida como o problema da luta pela terra, passou a ser freqüente nos debates políticos brasileiros, haja vista que vários são os atores sociais que lutam pela garantia de seus direitos no campo. Tal luta é agravada no nordeste do país, o qual teve suas terras concentradas pelos latifundiários desde o cultivo de cana-de-açúcar na zona da mata até a interiorização da pecuária no sertão, viabilizando a expansão (de forma concentrada) do território nordestino.

Dentro dessa perspectiva, é no nordeste brasileiro que se iniciam os movimentos no campo, já que foi nessa região que a concentração fundiária mostrou-se marcante mediante os avanços históricos das práticas agrícolas. Nesse panorama, insere-se o Rio Grande do Norte como cenário das lutas dos trabalhadores rurais contra os grandes proprietários de terras, visto que nesse estado o cultivo do açúcar e, em seguida, das atividades agropecuárias, contribuíram substancialmente para o processo de concentração de terras e expropriação dos trabalhadores.

Em nível de Rio Grande do Norte, um município que sofreu/sofre com a questão agrária é Ceará-Mirim. Localizado na zona da mata potiguar, suas características meio-ambientais de clima e solo foram preponderantes para que se instalassem ali os engenhos de cana-de-açúcar, ocupando grandes porções do espaço do município e, como consequência, concentrando nas mãos de poucos proprietários os latifúndios rurais.

Diante do que foi exposto, considerou-se justificável a realização dessa pesquisa. Portanto, nos escritos que se seguem serão discutidos os motivos que levaram a formação de latifúndios no Brasil, enfatizando a luta dos trabalhadores rurais pela terra; em seguida, se discutirá a organização dos movimentos no campo; dando continuidade, serão tecidos os comentários sobre a territorialização dos movimentos no campo em Ceará-Mirim, utilizando como exemplo a Agrovila Canudos; por fim, a pesquisa será encaminhada para as

discussões finais, as quais retomarão a problemática da questão agrária. Para embasar a pesquisa, recorreu-se metodologicamente a análise bibliográfica de autores como Oliveira (1999), Fernandes (2000), Andrade (1997), Silva (2007), entre outros nomes que embasam os estudos da questão agrária brasileira. Além disso, utilizou-se como referência também uma visita de campo realizada na Agrovila Canudos em 24 de novembro de 2009 e informações obtidas mediante órgãos federais e estaduais, como o INCRA e a SEARA.

2 A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO

A formação do espaço agrário brasileiro está estruturada em dois modelos de uso da terra para as práticas de cultivo no campo: o primeiro voltado para o mercado interno, fixado no modelo de agricultura familiar, ou seja, para a própria subsistência dos trabalhadores rurais. Já a segunda forma de exploração da terra é de cunho exportador, baseado em um modelo monocultor, cuja dinâmica capitalista é predominante. Com a utilização desse modelo, a estrutura fundiária brasileira se tornou adepta do sistema latifundiário, no qual a posse da terra significa o poder. Tendo em vista o grande crescimento do segundo modelo, perpetuado até os dias de hoje, ele foi o maior motivador das lutas perpassadas permanentemente pela população carente contra o monopólio da posse das terras.

Portanto é a partir dessa ótica que é levantada a discussão sobre a nova configuração política e territorial brasileira, a chamada questão agrária. Segundo Fernandes (2000)

“a questão agrária é compreendida, aqui, como a perspectiva de soluções para o problema fundiário e os seus desdobramentos, visando o desenvolvimento sócio-econômico da agropecuária da dignidade dos trabalhadores sem-terra, por meio de projetos de reforma agrária.” (FERNANDES, 2000, p. 223)

Após as discussões de Fernandes (2000) sobre a questão agrária, cabe nessa compilação evidenciar os processos históricos que levaram ao motivo desse problema: a concentração de terras.

Os motivos que levaram a formação dos latifúndios brasileiros tiveram suas origens ainda no início da colonização. Isto é, para garantir a posse do território da colônia, a coroa portuguesa optou por dividir o Brasil em 15 capitanias hereditárias, doadas a determinados donatários (amigos da coroa), os quais tinham o dever de desenvolver economicamente as terras que lhes foram concedidas. Como esse mecanismo, de forma geral, não prosperou, Portugal implementou o sistema de sesmarias que, junto com a herança das antigas capitanias e posteriormente com a Lei de Terras, perpetuou a posse da terra para poucos.

Além dos aspectos ligados a distribuição das terras, outro fator que contribuiu substancialmente para a formação dos latifúndios foi a espacialização das atividades econômicas no território brasileiro.

Inicialmente o espaço brasileiro foi ocupado em grandes faixas junto ao litoral. Aliado a isso, em meados do século XVIII o mercado europeu apresentava uma grande atratividade para o primeiro produto de exportação da economia brasileira: o açúcar. Para iniciar o cultivo da cana era necessário derrubar a mata, instaurar os engenhos, as casas-grandes, as senzalas, plantar os canaviais e as lavouras de mantimento, haja vista que as terras destinadas ao plantio eram por demasiado extensas, com dezenas de léguas. A partir daí já se evidenciam os primeiros esboços da agricultura familiar no Brasil (as lavouras de mantimento), a qual viria se tornar o principal abastecedor de gêneros alimentícios do mercado interno. Entretanto, as atividades desempenhadas pelo sistema monocultor de cana-de-açúcar representavam muito mais para economia brasileira e, portanto, abrangiam uma quantidade de terras extremamente superior a outros cultivos. Pois, segundo Bauer (1998)

“A produção de açúcar nordestina, não era e nunca foi um empreendimento para pequenos produtores camponeses, uma vez que não teriam condições de sobrevivência. De acordo com os interesses mercantilistas dos portugueses, que haviam direcionado suas expectativas para os resultados da produção agrícola colonial, eles assumiam as sesmarias com a esperança de auferirem grandes lucros comerciais. As ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, como nos lembra Prado Jr. não seriam contentadas com pequenas parcelas, pois ‘não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mais de grandes senhores e latifundiários’.” (BAUER, 1998, p.10)

Logo após o ciclo do açúcar, é a vez do algodão assumir um papel de destaque nos cultivos agrícolas brasileiros destinados a exportação. Tal cultivo teve seu ápice entre o final do século XVIII e o início do século XIX a partir da falta da oferta de algodão no mercado externo gerada pela guerra de secessão nos Estados Unidos. O algodão contribuiu para que o sertão nordestino tivesse um importante surto de

desenvolvimento, contudo, esse gênero agrícola também abrangia grandes porções de terras e ao passo que trouxe melhorias para o sertão, aumentou o nível de concentração fundiária nessa sub-região do nordeste.

Em meio a esses cultivos desenvolvia-se paralelamente a pecuária. A cultura pecuarista foi adentrando o interior do território brasileiro, ao passo que as outras atividades econômicas eram mais importantes. Dessa forma, o sertão nordestino deve sua ocupação a interiorização das fazendas de gado, que representaram mais um marco no processo de concentração de terras, haja vista que na época do auge dessa atividade econômica existiam fazendas tão extensas que abrangiam desde o Maranhão até a Bahia.

Dito isso, observa-se que o território brasileiro é marcado por práticas agrícolas monocultoras, as quais têm por característica primária a formação de latifúndios produtivos e extremamente especializados, concentradores de terras e exploradores de mão-de-obra, inviabilizando a distribuição igualitária das terras para os moradores do campo. Nesse contexto, é no nordeste que se percebe o auge dessa concentração, evidenciando também que é nessa região que surgem e se fortificam os movimentos dos trabalhadores do campo, lutando pelo acesso à e por condições de permanência na terra.

3 A LUTA PELA TERRA E A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS NO CAMPO

Em decorrência da histórica concentração de terras que marca a configuração territorial brasileira, muitos foram aqueles que se viram expulsos dos locais onde anteriormente habitavam/trabalhavam, ou ainda, muitos também foram os que nunca tiveram uma gleba de terra em sua posse. Por isso, o espaço rural brasileiro tem suas fronteiras marcadas por conflitos entre os trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terras, conflitos esses que tem como objetivo garantir o acesso e a posse da terra.

Logo, o histórico da luta pela terra é remoto e tem seus primeiros conflitos ainda no período colonial entre nativos e colonizadores. De tal luta os únicos produtos são massacres e a derrota daqueles com menor poder de enfrentamento, o que se perpetua até hoje, sendo o trabalhador rural aquele que perde mediante o latifundiário. Dessa forma, concorda-se com Andrade (1997) quando esta afirma que as lutas no campo devem ser analisadas “sob a ótica da concentração fundiária e da luta desigual entre aqueles que vivem e trabalham no campo – com ou sem acesso a terra e a mercê dos latifundiários e das decisões governamentais” (ANDRADE, 1997, p. 109).

Dessa forma, é a partir da década de 50 que se dará mais ênfase as questões de acesso a terra, datando desse período o início dos maiores conflitos no campo brasileiro, os quais tiveram maior visibilidade no cenário político, trazendo para essa discussão as diversas esferas da sociedade. Portanto, entre as décadas de 1950 e 1970 as lutas no campo “ocorreram pelas mudanças nas relações de produção e de trabalho, acarretando a expulsão de moradores, foreiros, arrendatários e posseiros das terras em que moravam e cultivavam.” (ANDRADE, 1997, p. 110). Já, a partir de 1980, instituíram-se os sindicatos de trabalhadores rurais “como mediadores de conflitos entre proprietários de terra e trabalhadores rurais, alcançando vitórias expressivas, através de campanhas salariais, na luta por melhores salários e condições de trabalho” (ANDRADE, 1997, p.110).

Mediante as contradições existentes no campo brasileiro, fruto das práticas econômicas essencialmente capitalistas, vários foram os brados que se ouviram em defesa dos trabalhadores rurais, fortalecendo as lutas no campo. Tal fato é evidenciado em 1953 quando se realiza o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas nas cidades de Recife e São Paulo, o qual teve como principal produto documentos que reivindicavam o confisco de latifúndios e a distribuição destes para os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Ainda em meados de 1950, surge no nordeste as Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas surgem no estado nordestino de Pernambuco, no Engenho Galiléia, e têm suas origens nas lutas dos foreiros em oposição ao “foro” desonesto que lhes era cobrado, além da expulsão das terras onde trabalhavam. Lideradas por Francisco Julião, as Ligas Camponesas se expandiram por diversos outros estados do nordeste servindo de vitrine para a nação, expondo os problemas enfrentados pelos camponeses desta região. Em decorrência das ligas, ocorre no nordeste no ano de 1955 o Congresso de Salvação do Nordeste, representando outro marco importante no histórico das lutas no campo, pois nesse se registrou, por meio da Carta de Salvação do Nordeste, um vigoroso pedido de reforma agrária. Também a partir das Ligas Camponesas irá surgir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma grande ferramenta em favor dos trabalhadores do campo na luta sindical.

Outra grande conquista na história das lutas camponesas foi a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Por meio dessa lei, datada de março de 1963, o Congresso Nacional garante ao trabalhador campestre os mesmos direitos dos outros trabalhadores, previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A aquisição desse status garante ao trabalhador mais poder para reivindicar e lutar por seus direitos mediante a esfera governamental, haja vista que este agora se encontra amparado legalmente.

Entretanto, em 1964, o governo militar tenta dissolver qualquer forma de protesto ligado às questões camponesas, o que irá gerar a fragmentação de alguns sindicatos, os quais eram submetidos a constantes investigações e também a extinção das Ligas Camponesas. Como os problemas no campo não sumiram junto com as ligas ou com os sindicatos, os militares vêm a necessidade de criar uma política para as questões do campo brasileiro, o que irá culminar com o Estatuto da Terra (ET) e junto com ele a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INDA), os quais são os ancestrais do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Nesse contexto do regime militar vale destacar a figura da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), única instituição sindical que sobreviveu a ditadura. Mas, a CONTAG não realizava mais no campo brasileiro aquilo que havia sido sua razão de existir, pois constantemente investigada pelos militares, a CONTAG achava-se em cima do muro, já que de um lado estavam os anseios dos trabalhadores do campo e de outro a implacável repressão do governo, o qual a CONTAG buscava não desagradar.

Em contra partida, a partir da década de 80, o movimento sindical se fortalece em todo o Brasil, sobretudo na região nordeste, tendo mais uma vez Pernambuco como estado desencadeador dessas lutas. Agora as lutas não eram mais só pelo acesso à terra, mas também por melhorias salariais e de condições de trabalho. É nesse contexto de fortalecimento dos sindicatos que o MST passa a atuar no nordeste, se especializando na região desde o estado Maranhão até a Bahia, tal atuação acarreta vários conflitos, desencadeando tanto invasões com sucessivas desapropriações quanto diversas mortes de trabalhadores.

No Rio Grande do Norte, o MST foi organizado a partir da chegada de militantes de outros estados, sobretudo da Paraíba e do Ceará, que se contactaram com membros do Partido dos Trabalhadores, sendo registradas as primeiras ocupações no final dos anos 80 em latifúndios dos municípios de João Câmara, Mossoró, Touros, Baraúnas e Ceará-Mirim. Já na década de 90, as lutas no campo no RN ganham um novo aliado, pois em 1993 é criado o Fórum do Campo Potiguar (FOCAMPO) trabalhando com total apoio do Serviço de Apoio às Pequenas Comunidades do Campo (SEAPAC). Também é de grande atuação no campo potiguar a Igreja Católica, atuando sempre em favor dos camponeses, pois antes da organização do MST no estado os trabalhadores rurais se mobilizavam em função dos serviços pastorais da Igreja.

Feitas as considerações acima, cabe agora uma reflexão acerca da situação atual das lutas no espaço rural brasileiro, focando o território nordestino, analisado a partir do processo de organização dos movimentos no campo.

3.1 A organização dos movimentos do campo: as lutas hoje

As lutas contra o processo de expropriação dos trabalhadores experimentaram ao longo da história diversos avanços, contudo essas batalhas não cessam, pois muito ainda há de se conquistar e melhorar na situação dos trabalhadores do campo. Hoje essas lutas são de origens diversas, muitas vezes fragmentadas ou desarticuladas, mas nunca mortas ou estagnadas, visto que a vontade e a necessidade de possuir uma terra sobrevivem enquanto respira o trabalhador.

Na região nordeste, os movimentos do campo de maior destaque são o dos posseiros, o dos peões, o dos bóias-frias e dos trabalhadores rurais sem terra. A luta dos posseiros é pela legalização das terras onde habitam, fato que é embaraçado, sobretudo, pelo processo de grilagem de terras. Sempre em busca de terras “livres”, os trabalhadores posseiros são verdadeiros imigrantes que se deslocam sempre buscando oportunidades de trabalho. Segundo Oliveira (1999) 62% dos posseiros do Brasil está no nordeste, sendo que a grande maioria (20%) habita terras do estado do Maranhão. Mediante a ação dos grileiros, amparada pela justiça, os posseiros são criminalizados e acabam por vezes perdendo as terras quando não eventualmente são presos, pois não têm como provar legalmente a posse da terra. Felizmente, hoje muitos são os órgãos que lutam pela causa dos posseiros, como é o caso das CPT (Comissão Pastoral da Terra), ligada a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil).

O caso dos peões não difere muito da questão dos posseiros, pois aqueles também sofrem com as ações dos grileiros latifundiários. Na peonagem especificamente, a luta é contra a escravização do peão nas terras dos latifundiários, haja vista que eles são levados pelos “gatos” para trabalhar em propriedades de grandes empresas acordados somente pela palavra, isto é, sem garantia nenhuma de boas condições de trabalho. Com isso, ao chegar aos postos de trabalho, o peão é forçado a exercer expedientes exaustivos, recebendo por isso salários miseráveis e, portanto, se endividando nos armazéns da propriedade e quando tenta fugir, o peão é caçado feito bicho pelos “jagunços”, pondo em risco sua própria vida. A área mais procurada pelos peões é a região nordeste, seguida de Minas Gerais, Goiás e Paraná (OLIVEIRA, 1999).

A questão dos bóias-frias é mediada pelos avanços do capitalismo nas relações de produção e trabalho assalariado (OLIVEIRA, 1999). Isto é, com o crescimento de trabalhadores bóias-frias no país os salários têm diminuído, em contra partida a jornada de trabalho é mais exaustiva. Nesse sentido, esses trabalhadores rurais estão se movimentando junto com partidos políticos e sindicatos para lutar por melhores condições de trabalho e melhores salários, mobilizando greves e paralisações bastante marcantes na zona da mata nordestina, local onde trabalham os bóias-frias da cana-de-açúcar.

Finalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem destaque no cenário nacional e no nordeste a importância não é menor. Fortemente apoiado pela CPT, o MST organiza os acampamentos em todo o território nacional, desencadeando ocupações e desapropriações para a formação de assentamentos rurais. Hoje o MST centraliza suas ações na coletivização da produção e na posse comunitária da terra.

4 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS NO CAMPO EM CEARÁ-MIRIM/RN: (RE) DESCOBRINDO A AGROVILA CANUDOS.

O município de Ceará-Mirim, no estado do Rio Grande do Norte, está localizado na Mesorregião Leste Potiguar, Microrregião de Macaíba, e dista cerca de 30 Km da capital do estado, Natal, estando inserido na Região Metropolitana.

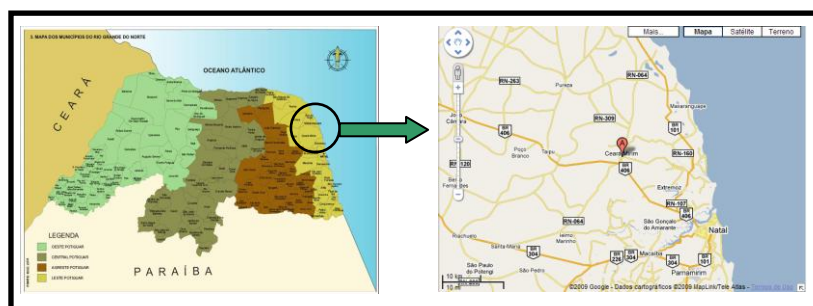


Figura 1 – Mapa de localização do município de Ceará-Mirim/RN

O município, que tem uma extensão territorial média de 740 Km², situa-se na região do Mato Grande e tem uma população de aproximados 70.000 habitantes, dos quais 13.800 vivem na zona urbana e 56.200 na zona rural. Seus limites geográficos são os municípios de Taipú, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Maxaranguape, Ielmo Marinho e o Oceano Atlântico. A economia municipal gira em torno das práticas agrícolas de cana-de-açúcar, banana, goiaba e mamão, além da avicultura, da pesca e do turismo.

Ceará-Mirim possui características ambientais específicas da zona da mata potiguar, haja vista sua localização em proximidade com o litoral, sendo assim, o tipo climático é o tropical úmido, o solo é de massapê e a vegetação é originalmente de mata atlântica. Tais características físicas contribuíram para que o município se tornasse pólo estadual no cultivo de cana-de-açúcar, atividade esta que se instala em grandes propriedades e perpetua a questão da posse da terra na mão de latifundiários, trazendo mais uma vez à tona o problema da questão agrária. Sendo assim, fica claro que em Ceará-Mirim também existiram/existem conflitos no espaço rural pelo acesso a terra. Portanto, a seguir será discutida a territorialização dos movimentos no campo nesse município, evidenciando a luta pela posse da terra. Logo, para que o debate seja embasado e possa discorrer de forma continua, é necessário discutir o conceito de território, para assim elucidar a compreensão do que seria o processo de territorialização.

Dessa forma, o território deve ser entendido como “o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder em suas múltiplas dimensões.” (ALBAGLI, 2004, p. 26)

Tendo essa concepção de território, deve-se compreender por territorialização a aquisição de um território por determinado grupo social, ou ainda a expansão de um território específico sobre outro. Por exemplo, de acordo com Fernandes (2005), a territorialização dos movimentos no campo consiste no

“processo de expansão e ou multiplicação das áreas conquistadas pelos trabalhadores rurais [...] os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e implantação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento.” (FERNANDES, 2005, p. 473)

Compreendidos o conceito de território e o processo de territorialização, pode-se partir para a forma como esse processo aconteceu no recorte espacial em análise.

Assim como no cenário nacional, Felipe (1988) afirma que

“No Rio Grande do Norte, a estrutura agrária caracteriza-se pela distribuição desigual da terra, o aprofundamento da relação do binômio minifúndio X latifúndio, que determina de um lado um número reduzido de grandes proprietários (propriedades com mais de 1.000 ha) ocupando uma extensão enorme de terras.” (FELIPE, 1988, p. 64)

E é dentro desse contexto que se insere o município de Ceará-Mirim, que teve suas terras tomadas pelo cultivo de cana de açúcar desde o período colonial brasileiro, sendo um território definitivamente concentrado em poucos latifúndios, o que expropriou os trabalhadores do campo e fez surgirem conflitos pela terra. Dentre esses conflitos, o de maior expressão é o MST, o qual instalou acampamentos em diversas fazendas improdutivas da cidade, ocasionando a desapropriação e a formação de assentamentos rurais. Além da organização dos trabalhadores rurais sem terra, atualmente o estado do Rio Grande do Norte vem vivenciando outra possibilidade de garantir o acesso a terra aos trabalhadores rurais por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário que ocorre em parceria com as secretarias estaduais.

Diferente do INCRA, o Programa Nacional de Crédito Fundiário trabalha com várias linhas de crédito, a partir das quais o trabalhador rural tem a possibilidade de comprar a terra que deseja e conseguir insumos para desenvolvê-la. O PNCF funciona da seguinte maneira: forma-se um grupo de trabalhadores rurais que tem conhecimento de uma terra para vender e têm interesse de ali desenvolver cultivos agrícolas, estes se dirigem a secretária estadual destinada a tal assunto que avalia a proposta e envia uma equipe de técnicos especialistas para avaliar o espaço para que esse não seja superfaturado pelo dono, feito isso o Estado faz um acordo com o antigo dono da terra, estabelecendo um valor pago a vista, e passa a escritura para o nome dos trabalhadores, que pagam valor ao Estado em parcelas mínimas.

No Rio Grande do Norte a o órgão responsável pelo PNCF é a SEARA (Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária) e em Ceará-Mirim existem oito assentamentos do tipo crédito fundiário: o Assentamento Agrovila Família da Fazenda Cruzeiro, com uma área de 57 ha, na qual habitam 12 famílias; o Assentamento dos Produtos Rurais do Projeto Shaloom, com 13 famílias e uma área de 104,4 ha; os Assentamentos Marcoalhado I, II e III, cada um com 253,3 ha de extensão territorial e 25 famílias; o Assentamento da Agricultura Familiar Aliança, com 15 famílias e 124 ha; o Assentamento dos Produtores Rurais do Projeto Vitória, com 10 famílias e 95 ha e o Assentamento da Agricultura Familiar do Lúrio dos Vales que se estende por apenas 42 ha e abriga 6 famílias. (SEARA, 2009)

Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) possui uma forma diferenciada de instituir seus assentamentos rurais. Em linhas gerais, o INCRA desapropria, não compra, terras que são consideradas improdutivas e distribui para trabalhadores rurais organizados. Geralmente, a desapropriação se dá mediante invasão realizada por organizações sindicais do campo, principalmente o MST, que são os beneficiados pela distribuição. Além disso, o INCRA possui uma política de fornecimento de insumos para

garantir a produtividade e a continuidade do cultivo agrícola nas propriedades, fazendo com que o trabalhador retire dali seu sustento.

No município de Ceará-Mirim, o INCRA possui 11 projetos de assentamentos rurais, totalizando 11.379 ha de área desapropriada: Santa Águeda, com 1.034 ha, capacidade para 166 famílias, mas com um total de 139; Espírito Santo, com 2.114 ha e capacidade esgotada de 130 famílias; Rosário, com 1.550 ha, capacidade para 120, mas com um total de 118 famílias; São José – Pedregulho, com 847 ha e capacidade esgotada de 100 famílias; Águas Vivas, com 468 ha e capacidade esgotada de 44 famílias; Primeira Lagoa, com 555 ha e capacidade esgotada de 36 famílias; Padre Cícero, com 800 ha e capacidade esgotada de 60 famílias; Nova Esperança II, com 1.371 ha e capacidade esgotada de 104 famílias; São João, com 286 ha e capacidade para 20 famílias esgotada; Resistência Potiguar, com 609 ha e capacidade esgotada para 43 famílias e Riachão II, com 1.740 ha de extensão territorial e capacidade esgotada para 113 famílias. (INCRA, 2009)

Como visto, em Ceará-Mirim existem 19 assentamentos rurais, juntando os das esferas estadual e federal, que foram conquistados a partir da luta dos trabalhadores no campo. Esses assentamentos podem ser diferenciados quanto à forma de aquisição (mediante INCRA ou SEARA) se observadas às extensões territoriais destes, haja vista que as fazendas desapropriadas pelo INCRA são consideravelmente maiores, na maioria dos casos. Diante disso, cabe aqui um exemplo de assentamento rural para elucidar o mecanismo de funcionamento dessas localidades, o qual nesse estudo será dado por meio da Agrovila Canudos, situada no Assentamento Rosário.

4.1 (Re) Descobrindo a Agrovila Canudos

A Agrovila Canudos está localizada no Assentamento Rosário, no município de Ceará-Mirim. As terras desse assentamento e, conseqüentemente da agrovila, pertenciam ao latifundiário Arnaldo Gaspar, o qual teve suas terras desapropriadas pelo INCRA em 1989, vindo estas a serem ocupadas somente em 1997, pois mesmo após a desapropriação os conflitos neste assentamento continuaram, tendo os trabalhadores rurais por vezes de enfrentar inclusive as tropas policiais do município. Contudo, após os anos 2000, os créditos para o assentamento foram sendo liberados e as possibilidades de desenvolvimento foram chegando.

Logo, a Agrovila Canudos abrange 40 das 118 famílias existentes no assentamento, sendo que dessas 40 somente 16 participam da cooperativa de moradores, os quais trabalham nos cultivos existentes na agrovila. Nesse contexto, em Canudos as principais atividades econômicas que possibilitam a fixação do homem a terras são a banana, o mamão, o girassol e a tilápia. Mas, os moradores de Canudos também cultivam todos os gêneros alimentícios necessários para sobrevivência, como mandioca, feijão, jerimum etc. e criam animais de pequeno e médio porte, como aves e caprinos.

O mamão, seguido da banana, é o maior produto econômico de Canudos. A produção desses dois gêneros é destinada principalmente para a exportação, sendo o mamão do tipo Papaia Golden e a banana Pacovan. Como atividades econômicas de maior representação também são as que empregam maior quantidade de mão-de-obra, a qual atua desde o plantio até a colheita das frutas. Já a tilápia necessita de menor quantidade de trabalhadores; em Canudos existem seis viveiros de tilápia em atividade que produzem uma média de 1.700 Kg a cada semestre, os quais são vendidos exclusivamente no mercado interno a preço de R\$ 5,50 por quilo do pescado e a R\$ 3,50 para os moradores da agrovila, sabendo que deste peixe até o couro é aproveitado. Já o girassol por enquanto se destina somente a alimentação animal, existindo projetos futuros para a extração do óleo em parceria com a PETROBRAS.

A Agrovila Canudos ainda conta com laboratórios de informática com internet livre e com técnicos especialistas para auxílio nas diversas atividades desenvolvidas, como é o caso do Engenheiro Agrônomo Hamilton. Quanto ao lazer, a população busca diversão no que o espaço do assentamento oferece, realizando entre si confraternizações, jogos de futebol, peças teatrais etc. Porém, no tocante a educação e coleta de lixo a situação se agrava, pois a escola de Canudos é precária funcionando duas turmas em uma mesma sala de aula que na realidade é uma antiga casa de farinha e tendo no corpo docente apenas quatro estagiários; e no tocante ao problema do lixo, a coleta é inexistente, agravando os problemas de saúde da população.

Além do que já foi apresentado sobre a Agrovila Canudos, observa-se que existem projetos para viabilizar ainda mais o cultivo agrícola, inserindo a produção de amendoim, açaí, gergelim, dendê e sorgo, além da apicultura. Prevê-se que no futuro serão criadas salas de aula para fornecer cursos no setor de biodiesel e agroindústria para os moradores da agrovila em parceria com a PETROBRAS. Porém, o salário pago aos trabalhadores rurais em Canudos equivale a R\$ 350,00, não sendo suficiente para essas famílias viverem

dignamente, o que faz com que estes busquem nas feiras da região outras formas de sustento, vendendo o excedente da produção familiar.

Portanto, mesmo sendo a Agrovila Canudos um exemplo de assentamento rural exitoso e um parâmetro para se compreender as lutas dos trabalhadores rurais pelo acesso a terra, não se pode aceitar a máxima da perfeição em hipótese alguma, haja vista que tal aceitação mascara a realidade e freia o desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos no campo brasileiro são tão antigos quanto o processo de concentração fundiária do país, visto que esta data da colonização e as lutas pela terra também vem acontecendo desde então com a expropriação dos nativos indígenas. Portanto, é necessário reconhecer a questão fundiária como um problema sócio-espacial que se perpetua pela história brasileira.

Tal questão só se agravou com o passar dos tempos, pois desde a primeira divisão territorial do Brasil os espaços já estavam concentrados e assim permaneceram até os dias atuais, tendo com agravador desse processo de expansão dos latifúndios o tipo de economia que se implementou em cada tempo histórico; seja na cana-de-açúcar, no algodão ou na pecuária, as atividades econômicas sempre foram monocultoras e por isso abrangiam/abrangem porções descomunais de terra.

Não obstante, além da má distribuição de terras no campo brasileiro, as condições de trabalho são extremamente exaustivas e desumanas, impossibilitando o camponês de melhorar suas condições de vida, expropriando-o da terra onde reside e trabalha. Por tudo isso, ficam explícitos os motivos que levam as lutas no espaço rural brasileiro, pois todos os trabalhadores rurais e outras organizações ligadas as questões do campo gritam em uníssono: reforma agrária. Essa reforma agrária entendida como uma revolução no campo, garantindo o acesso, a posse e a manutenção da terra.

Diante disso, muito já se conquistou por meio da luta, basta observar a territorialização dos movimentos no campo no território nacional. Dentro desse contexto encontra-se Ceará-Mirim no Rio Grande do Norte, que teve seu território marcado por batalhas, muitas delas vitoriosas, dos trabalhadores rurais. Um exemplo dessa vitória é o ocorrido em Canudos, que conseguiu prosperar e garantir a dignidade dos trabalhadores.

Entretanto, muito ainda se tem por fazer no campo brasileiro, pois muitos ainda são os desterritorializados (posseiros, indígenas). A política governamental ainda não é a mais eficaz, apresentando-se muitas vezes corrompida e incapaz de solucionar os problemas do campo definitivamente. Logo, a única certeza do campo brasileiro é que os conflitos continuaram a existir nas próximas décadas e acredita-se que é necessário que eles existam, haja vista que “terra não se ganha, terra se conquista” (MST).

REFERENCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará, 2004.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A questão agrária no nordeste**. São Paulo em Perspectiva, 1997.

BAUER, Guilherme G. Telles. **Sobre as origens da questão agrária brasileira**. Revista de História Regional, 1998.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Elementos da geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora Universitária, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão agrária em sua nova configuração sócio-econômica, política e territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Territorialização da luta pela terra. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.